

Sobre as ameaças de venda de ativos da Petrobras



Deyvid Bacelar

Representante dos trabalhadores no conselho de administração da Petrobras

As possibilidades de intensificação da venda de mais ativos são cada vez mais notórias. Além da notícia de que a Petrobras venderá sua parcela na Braskem, o diretor financeiro da estatal, Ivan Monteiro, diz que a companhia está analisando a venda da Transpetro, cujo orçamento para este ano já foi reduzido em mais de R\$ 1 bilhão. Monteiro nega, porém, a necessidade de a Petrobras receber aportes do governo, dado o maciço programa de desinvestimentos do Plano de Negócios e Gestão (2015 a 2019).

A posição desse diretor, além de resgatar uma política duramente criticada pelos movimentos sociais durante o governo FHC, mostra-se indevida, uma vez que antecipa uma discussão não realizada nem definida, seja no conselho de administração (CA) da Petrobras, seja nos comitês da empresa que tratam do tema.

A publicidade desses fatos apenas gera especulações, afeta o ambiente de mercado, bem como o clima da estatal, comprovando uma clara insubordinação da diretoria em relação às instâncias decisórias da empresa. As vendas de quaisquer ativos da Petrobras são discutidas internamente; contudo, essas decisões passam, necessariamente, pelo comitê estratégico e, depois, pelo CA. Afinal, os conselheiros podem apresentar ressalvas e pontos críticos quanto às medidas escolhidas internamente, como ocorreu na discussão na venda da BR Distribuidora, por exemplo.

O mais grave é que, embora seja uma sociedade anônima, o acionista majoritário da Petrobras é o governo federal. Desse modo, a Petrobras responde às diretrizes do seu acionista majoritário, que são determinadas pela Presidência da República e seus ministérios.

O jornal O Globo, de 16.1.16, informou que "a presidente Dilma Rousseff afirmou (...) que não descarta uma capitalização da Petrobras, se os preços do petróleo no exterior continuarem a cair". Ao expor uma estratégia contrária àquela explicitada pela Presidência, o diretor indica que não cumpre o seu papel de articular as ações da companhia às estratégias do acionista majoritário, algo

que obviamente deveria ocorrer.

A sua afirmação de que "a capitalização seria a última alternativa a ser perseguida e não está no nosso radar neste momento" permite a interpretação de que a atuação da atual diretoria favorece outros segmentos econômicos e sociais que não o governo federal. As pressões contínuas de uma vasta gama de atores sociais, que desejam a privatização da Petrobras e, dessa forma, fazem uso da instabilidade política atual da empresa para tentar desmontá-la, não justificam a divulgação de novas medidas.

Deve-se ressaltar que a pressa em divulgar medidas ainda não discutidas no CA mostra a inabilidade e a incompreensão da atual diretoria na análise da conjuntura política e econômica do país. Além da instabilidade política e da forte tensão existente entre o Poder Executivo e o Legislativo, a conjuntura internacional apresenta uma característica bastante volátil, tendo em vista as recentes variações da taxa de câmbio e a queda abrupta nos preços do petróleo. Somado a isso, os impactos sociais relacionados a essas medidas – como desemprego e redução da renda dos trabalhadores – são motivos mais que suficientes para demonstrar que não há um cenário favorável à estatal e ao país para a realização de qualquer nova venda de ativos estratégicos.

Por fim, a decisão de vender mais ativos despreza a atuação do Grupo de Trabalho da Pauta pelo Brasil, montado em dezembro de 2015 e que se propõe a discutir esse e outros temas com os gestores da Petrobras, buscando reverberar as demandas da sociedade por uma Petrobras 100% pública.

"Uma vasta gama de atores sociais deseja a privatização da Petrobras e tenta desmontar a empresa"